

B o l e t i m

CRP-05

Boletim do Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região
Estado do Rio de Janeiro • Ano 1 • nº 3 • Agosto/2004



Eleições: vote e defina o futuro da profissão

No próximo dia 27 de agosto, os psicólogos de todo o país estarão escolhendo seus representantes nos Conselhos Regionais e Federal.

Se você não está regularmente inscrito no Conselho, procure o CRP-05. O voto é um exercício de cidadania. Não abra mão deste direito! Participe e ajude a construir o futuro da profissão.

Páginas 10 e 11



IMPRESSO ESPECIAL CONTRATO

050200039-2/2001-DR/RJ

CONSELHO REGIONAL

PSICOLOGIA 5.ª REGIÃO

CORREIOS

Psicólogos do sistema penitenciário insatisfeitos

pág. 3

CRP-05 toma posse no Conselho Estadual de Saúde

pág. 4

CFP lança campanha contra tortura

pág. 5

Grupo de trabalho debate psicologia escolar

pág. 5

Comissão Gestora finaliza seus trabalhos

pág. 6

V CNP discute atuação da categoria na transformação social

pág. 12

Evento "Pensando a Avaliação Psicológica" comemora o Dia do Psicólogo

pág. 13

ANPEPP promove simpósio para estimular produção

pág. 13

Informes sobre o PL do Ato Médico

pág. 15

Novas diretrizes curriculares em debate

pág. 16

Política Nacional Antidrogas em discussão

pág. 18

Eleições: participe e construa o futuro da profissão

Este boletim tem as eleições para o CRP-05 como matéria principal. É o último informativo a ser editado pela Comissão Gestora, antes que uma nova plenária seja eleita para o Conselho. Nas próximas páginas, você terá informações sobre os locais e formas de votação e conhecerá a chapa que concorre às eleições. Embora não tenha sido possível configurar uma disputa com mais de uma chapa, dando corpo a diferenças de posição, sabemos que essas divergências existem e são determinantes dos laços que estabelecemos com os colegas e com as entidades que representam a categoria e a profissão. Convocamos os psicólogos do estado do Rio de Janeiro a comparecerem às eleições no dia 27 de agosto, fazendo do voto um instrumento de participação, através do qual a sua opinião pode ser expressada. O envolvimento da categoria é fundamental para garantir a legitimidade desse processo.

Em artigo na revista *Cult* nº 81, dedicada a Michel Foucault, Renato Janine Ribeiro escreve sobre ética e política, abordando um resquício dos tempos de ditadura que segue presente em nossa sociedade: a convicção de que a política não é feita por nós, mas produzida por outros. Essa forma de relação se insinua através de dois hábitos que nos são corriqueiros: o de se referir aos agentes do governo na terceira pessoa do plural, com sujeito oculto (fizeram isso, proibiram aquilo etc.) e o de falar mal do governo, indiscriminadamente, dispensando, dessa forma, qualquer ação efetiva. E, no entanto, nossos governantes foram eleitos por maioria de votos, em condições razoáveis de democracia. Ou seja, ao deixarmos de dar-lhes os nomes ou ao satisfazermos-nos em maldizê-los, estamos declinando de nossas responsabilidades por sua escolha.

Temos insistido em assinalar, neste espaço, o grau de desordem instaurada neste Conselho, no decurso de muitos anos, que terminou resultando na instalação desta Comissão Gestora. Ao longo desse tempo, produziu-se uma distância brutal entre a categoria e a entidade, que se reflete, ainda hoje, numa participação aquém do esperado nos eventos que o Conselho promove. As eleições de 27 de agosto podem ser um bom momento para produzir uma mudança nesse quadro, tornando, cada um de nós, responsável pelos seus resultados e, conseqüentemente, pelos rumos da entidade e das ações assumidas por aqueles que a governam. É o que poderá tornar frutíferos os esforços despendidos por esta Comissão Gestora e seus colaboradores em prol da entidade. Contamos com você.

Neste boletim, também estaremos tratando de outra ação que requer a participação de todos, a derrubada do PL 25/2002, que institui o ato médico. Apesar dos esforços dos conselhos profissionais da área de saúde, incluindo os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, o *lobby* da corporação médica falou mais alto junto à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. O texto aprovado pela CCJ, no final de julho, coloca os interesses da corporação acima da finalidade de promoção da vida e do interesse da população. Ao impor a hegemonia médica sobre o conjunto das profissões da área da saúde, o projeto inviabiliza a perspectiva do trabalho interdisciplinar, própria a uma política de atenção integral à saúde.

Se definitivamente aprovado pelo Senado, o PL 25/2002 terá efeitos danosos no cotidiano do trabalho dos psicólogos, afetando a qualidade do serviço prestado. É preciso uma grande ofensiva de nossa categoria, junto com as demais da área de saúde, para impedir sua aprovação na Comissão de Assuntos Sociais, onde o projeto deve tramitar agora. Não deixe de acompanhar esse processo. Vamos cobrar, de nossos representantes parlamentares, uma posição coerente com a perspectiva de cuidado integral à saúde, que requer relações horizontais e construção coletiva do trabalho entre os profissionais envolvidos.



Conselho Regional de Psicologia do Estado do Rio de Janeiro - 5ª Região

Rua Delgado de Carvalho, 53, Tijuca
CEP: 20260-280 • Tel/Fax: (21) 2234-1022
crprj@crprj.org.br

Comissão Gestora

Presidente:
Diva Lúcia Gautério Conde
CRP 05/1448

Vice-presidente:
Eliana Vianna
CRP 05/390

Secretária:
Margarete de Paiva S. Ferreira
CRP 05/5604

Tesoureira:
Analice de Lima Palombini
CRP 07/2421

Subsedes

Niterói: Av. Amaral Peixoto, 467/509, Centro
CEP: 24020-000 • Tel/Fax: (21) 2717-3211

Petrópolis: Rua Paulo Barbosa, 174, Centro
CEP: 25620-000 • Tel/Fax: (24) 2243-0834

Nova Iguaçu: Rua Sebastião
Herculano de Matos, 41, Centro
CEP: 26255-220 • Tel/Fax: (21) 2768-0007

Jornalista Responsável

Renata Grieco • Mtb. 25377 RJ

Produção editorial

Cajá - Agência de Comunicação
(21) 2531-4558 • www.caja.com.br

Fotolito

ACE Digital

Impressão

York Indústrias Gráficas

Tiragem

18.000 exemplares

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do CRP-05.

O Boletim CRP-05 é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro / 5ª Região

Comissão Gestora

CRP-05 recebe psicólogos do Sistema Penitenciário

Uma proposta da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP) deixou os psicólogos que trabalham no sistema penal do estado insatisfeitos. A Divisão de Psicologia deixará de pertencer à Superintendência de Saúde e será incorporada à Superintendência de Tratamento Penitenciário, em conjunto com a terapia ocupacional, em uma nova coordenação.

Os profissionais que atuam no sistema prisional procuraram o Conselho Regional, que prontamente convocou uma reunião. Participaram do encontro psicólogos do sistema penitenciário, o vice-presidente do Conselho da Comunidade, Inácio Cano, e representantes do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO), além da presidente da Comissão Gestora do CRP-05, Diva Lúcia Conde. Também foram convidados o secretário de Administração Penitenciária, Astério Pereira dos Santos, e o juiz da Vara de Execuções Penais do Estado, que não compareceram. No encontro, debateu-se os motivos e consequências da mudança.

Os profissionais produziram um documento fundamentando o entendimento do problema, encaminhado ao Conselho da Comunidade e a outras entidades. Eles acreditam que a nova estrutura proposta pela SEAP, ao contrário do que aparenta, não é uma questão meramente administrativa. O efetivo car-

cerário aumentou, em 10 anos, de 8 mil para cerca de 20 mil presos. O confinamento e a superlotação agravam cada vez mais os problemas de saúde física e mental dos detentos. Os profissionais afirmam que o tratamento psicológico não deve estar fora do âmbito da saúde, pois isso desfavoreceria uma perspectiva multidisciplinar. Além disso, a categoria afirma que é importante a sua permanência na Superintendência de Saúde, principalmente no momento em que há um Plano Nacional de

O confinamento e a superlotação agravam os problemas de saúde física e mental dos detentos

Saúde no Sistema Penitenciário que, pela primeira vez no Brasil, prevê uma política de saúde e direitos humanos para os internos. Esse Plano prioriza ações de prevenção e assistência em saúde mental nas unidades prisionais e não somente nos hospitais psiquiátricos, incluindo o psicólogo em equipes multiprofissionais.

A Superintendência de Saúde é voltada aos presos custodiados pela SEAP, que administra hospitais e ambulatorios médico-odontoló-

gicos, além de desenvolver atividades de prevenção e assistência em diferentes níveis. A rede de saúde é formada por sete hospitais, sendo três psiquiátricos, dois gerais, um sanatório e uma unidade especializada para atendimento a presos com AIDS, contando ainda com 25 ambulatorios médico-odontológicos e psicológicos e três unidades de atendimento a funcionários. Segundo dados extraídos do site da Secretaria em julho de 2003, foram realizadas quase 32 mil consultas psicológicas com detentos nas unidades ambulatoriais da Superintendência e 852 com funcionários.

O ingresso dos psicólogos no sistema penitenciário aconteceu antes mesmo da regulamentação da profissão, em 1972, e teve início com a presença das universidades, através dos estudantes de psicologia, nos manicomios judiciários. Em 1984, foi promulgada a Lei de Execução Penal, que instituiu o Exame Criminológico e a Comissão Técnica de Classificação como dispositivos para o acompanhamento individualizado da pena. Há seis anos, aconteceu o primeiro e único concurso para psicólogos do sistema penitenciário. Hoje, existem 106 profissionais atuando na Secretaria de Administração Penitenciária.

O CRP-05 entende que é inadequado desvincular a psicologia da saúde, principalmente no momento em que um Plano Nacional reconhece esta área como prioritária, já que o encarceramento pode produzir graves consequências nas condições psicológicas dos envolvidos.

Recadastramento

Atualize seus dados no CRP-05. Envie esta ficha por e-mail (cadastro@crprj.org.br), através do site (www.crprj.org.br) ou pelo correio, para a sede do Conselho: Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca. CEP: 20260-280

Nome: _____
 Nº do CRP: _____
 Endereço: _____
 CEP: _____
 Tel. res.: _____
 Tel. com.: _____
 Celular: _____
 e-mail: _____

CRP-05 toma posse no Conselho Estadual de Saúde

No dia 24 de maio, tomaram posse os novos membros efetivos do Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (CES-RJ) – órgão permanente de caráter deliberativo e composição paritária, co-responsável pela elaboração e atualização das políticas estaduais de saúde. Suas atribuições incluem: fiscalização e controle das ações e serviços de saúde de qualquer natureza e dos aspectos econômicos e financeiros no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do estado. Entre os representantes dos profissionais de saúde, está o CRP-05. Cabe lembrar que, em conformidade com o artigo 3º, da Lei Complementar nº 82, de 22 de janeiro de 1996, a composição do CES-RJ deve respeitar a seguinte proporção: 25% de representantes dos prestadores de serviços públicos e privados, 25% de representantes dos trabalhadores da área de saúde e 50% de representantes dos usuários.

A posse aconteceu com mais de dois meses de atraso e sem a presença do presidente do Conselho, o secretário estadual de Saúde, Dr. Gilson Cantarino. Na ocasião, o Fórum de ONG/AIDS do estado do Rio de Janeiro realizou uma manifestação sobre a

falta de medicamentos para pessoas que vivem com HIV e protocolou ao CES e ao secretário um documento exigindo providências. Desde dezembro de 2003, a Secretaria não fornece vários dos medicamentos necessários para o tratamento das infecções adquiridas em razão da baixa imunidade do organismo. A deliberação nº 147, da Comissão Intergestora Bipartite do Rio de Janeiro, estabelece que a Secretaria Estadual de Saúde (SES) é responsável pelo abastecimento desses medicamentos para toda a rede SUS do estado.

Em sua segunda plenária, no dia 25 de junho, os novos conselheiros tomaram conhecimento que o projeto SAMU, relativo ao socorro prestado por ambulâncias no estado, e o QUALI/SUS, piloto dirigido a cinco grandes hospitais do Rio, que deveriam ser aprovados pelos Conselhos Estadual e Municipais de Saúde para implementação, tiveram seus convênios assinados pelo Ministério da Saúde, sem que essa exigência legal tenha sido cumprida. Neste dia, a plenária do CES suspendeu os trabalhos previstos para a parte da tarde, a fim de aprofundar as discussões e avaliar com cuidado essa situação. “Foi com

grande surpresa e estarrecimento que recebemos a notícia do não cumprimento da lei. Especialmente, porque a portaria do Ministério da Saúde 1864/03, que institui o componente pré-hospitalar móvel de atenção às urgências, prevê, no seu artigo 6º, a obrigatoriedade de aprovação pelos Conselhos de Saúde”, afirma Margarete Paiva, representante do CRP-05 no Conselho Estadual de Saúde.

Os conselheiros foram informados ainda que, em breve, devem chegar 145 ambulâncias, sem que as responsabilidades relativas aos recursos humanos estejam programadas. Assim, não se sabe de onde virão os técnicos necessários para a correta utilização dos veículos. “Por experiência de outros planos não acompanhados pelo controle social, sabemos o final desta estória. Os carros acabam tendo outros fins ou são utilizados para “ambulância-terapia”, peregrinando com o paciente por vários hospitais à procura de uma vaga, sem equipe adequada dentro do veículo”, acrescenta Margarete. Ao fim do dia, ficou decidido que o Conselho Estadual de Saúde estará levantando todos os documentos sobre o SAMU-RJ e QUALI/SUS, para avaliar as providências legais cabíveis.

CFP lança campanha contra tortura

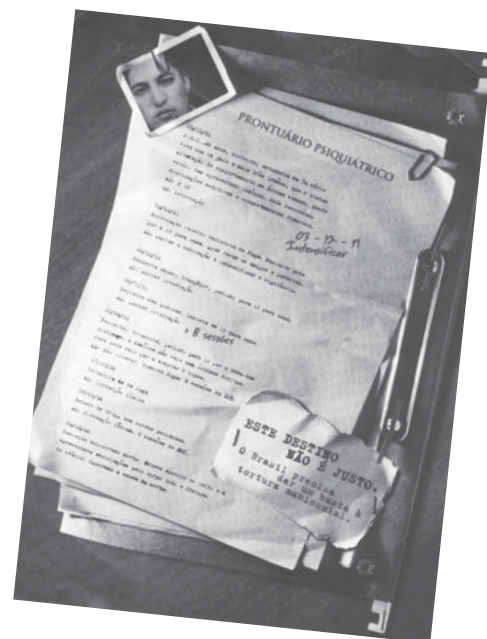
Atualmente, são comuns as denúncias de tortura de portadores de sofrimento mental em hospitais psiquiátricos. Há inúmeros relatos de maus tratos e morte nos manicômios brasileiros. Por isso, e em função da comemoração do Dia Internacional Contra a Tortura (26/6), o Sistema Conselhos de Psicologia promoveu, na sede do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em Brasília, no dia 25 de junho, um Ato Coletivo pelo fim da tortura manicomial brasileira.

No evento, foi lançada a campanha “O Brasil precisa dar um basta à tortura manicomial”, desenvolvida pelo CFP, em parceria com o grupo Tortura Nunca Mais, o movimento Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial, o Ministério Público Federal e a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O projeto conta ainda com o

apoio da deputada distrital Érika Kokay (PT-DF), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa.

O CFP denunciou 15 casos de morte por maus tratos só em 2004, nos manicômios brasileiros. O psicólogo Eleunir Melo, membro do Conselho Federal, informou que, hoje, existem cerca de 52 mil pessoas internadas em hospitais psiquiátricos no país.

Os casos de tortura em hospitais psiquiátricos também já foram tema do livro “*Instituição Sinistra: mortes violentas em hospitais psiquiátricos no Brasil*”, do Sistema Conselhos, lançado no fim de 2001. Marcus Vinicius de Oliveira, presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, afirmou que “a fragilidade dos pacientes os faz, infelizmente, vítimas de formas explícitas ou sutis de tortura”.



Grupo de trabalho discute leis sobre psicólogos na escola

Desde 24 de junho, o CRP-05 convidou supervisores e professores de psicologia escolar e coordenadores de cursos de psicologia para reuniões semanais, a fim de debater a lei estadual **4298/04. A referida lei dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de atendimento por uma equipe psicopedagógica, formada por psicólogo, assistente social e pedagogo, em todas as escolas da rede pública do estado do Rio de Janeiro.** Os profissionais devem prestar atendimento preventivo aos estudantes e orientar os pais, familiares ou responsáveis, sempre que necessário.

Os encontros aconteceram às quintas-feiras, às 14h, na sede do Conselho. O objetivo era analisar as demandas que serão colocadas aos psicólogos fluminenses, tanto no plano de sua formação acadêmica, como no de suas proposições. Assim, nesses grupos

de trabalho propostos pela Comissão Gestora, procurou-se discutir amplamente o significado dessa legislação para a psicologia e para a comunidade escolar.

Embora a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) tenha aprovado a lei em 24 de março de 2004, o dispositivo ainda não foi sancionado pela governadora Rosinha Matheus (PMDB-RJ). O autor do projeto, deputado Paulo Melo (PMDB-RJ) solicitou ao CRP-05 subsídios para o fortalecimento da aplicação da sua lei.

Estima-se que, em todo o Rio de Janeiro, o número de escolas estaduais chegue a 5.700. No município do Rio, já existe a lei 3.334, de dezembro de 2001, sancionada pelo prefeito César Maia, que inclui os psicólogos no corpo técnico da rede municipal. O grupo de trabalho incluiu em sua agenda ações que visam pressionar o Executivo mu-

nicipal a cumpri-la. Há ainda uma lei federal, de autoria do deputado Durval Orlato (PT-SP), em tramitação no Congresso Nacional, tratando do mesmo assunto.

A presidente da Comissão Gestora, Diva Lúcia Conde, afirmou que “em um primeiro momento, será importante a criação de um grupo de trabalho para acompanhar de perto a regulamentação da lei”. O CRP-05 acredita que esta lei é de extrema importância no que diz respeito à inserção do psicólogo no campo educacional e pelo valor social que esse serviço pode assumir, contribuindo para o desenvolvimento das crianças e jovens brasileiros.

No próximo dia 27 de agosto, junto às mesas de votação, o CRP-05 iniciará uma ampla coleta de assinaturas, as quais serão encaminhadas às autoridades envolvidas, versando sobre esta temática.

Outras leis e projetos que dispõem sobre psicologia escolar

Lei	Situação
Lei 3.334 de 2001	Sancionada pelo prefeito do Rio de Janeiro, César Maia
Lei 570 de 2000	Aprovada pela Assembléia Legislativa do estado do Amapá
Lei 10.891 de 2001	Aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
Lei 837 de 2003	Tramitando no Congresso Nacional
Lei 2.056 de 1997	Aprovada no município de Umuarama (PR)
Lei 6.591 de 1997	Aprovada no município de Londrina (PR)
Projeto de Lei 1.040 de 2003	Tramitando na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Sindicato dos Psicólogos sob nova direção

No último mês de abril, os associados ao Sindicato dos Psicólogos do Rio de Janeiro (SINDPSI) elegeram a diretoria que comandará a entidade nos próximos três anos. Seguindo deliberação do Congresso da Federação Nacional dos Psicólogos, a partir desta gestão, o órgão passa a ter um novo estatuto. Entre as mudanças, está a nova organização da direção, que passa a ser colegiada e composta por sete diretores efetivos, sete suplentes e pelo Conselho Fiscal.

Todos os profissionais sindicalizados e em dia com o pagamento da anuidade puderam se candidatar e votar. Apenas a chapa “Trabalho, Ética e Cidadania” se inscreveu, sendo eleita. A ex-presidente do SINDPSI, Étila Elane Ramos, participava da chapa vencedora e continua no comando da entidade, no cargo de Secretária Geral. Além dela, compõem a nova diretoria: Zenita Göebel (Secretária de Finanças), Irene Marques (Secretária de Políticas Intersindicais), Valéria Tereza Corsi (Secretária de Comunicação), Maria Inez da Silva (Secretária de Políticas Públicas), Vera Lúcia Perre (Secretária de Mercado de Trabalho)

e Solange Maria dos Santos (Secretária de Formação). São suplentes: Ana Lúcia Lopes, Flávio Celso Lyra, Rosilene dos Santos, Maria Oliveira Silva, Solange Alves, Roberto de Santa Rosa e Marize Rena. Para o Conselho Fiscal, foram escolhidos Abram Cheventer, Tito Carvalho Dias e Severino da Silva, sendo suplentes Nara Berlin, Regina Lúcia de Almeida e Ana Andrade.

O voto foi direto e era exigida a presença do psicólogo. As principais metas da atual gestão são: lutar por salários dignos, ampliar o mercado de trabalho, implementar a carga horária de 24 horas para os psicólogos do estado e representá-los em todas as instâncias, esclarecendo para a sociedade a importância do trabalho destes profissionais. Étila Elane Ramos acrescenta que “a intenção é manter e aumentar o engajamento do SINDPSI na Luta Antimanicomial e assessorar as prefeituras nas questões pertinentes à Reforma da Saúde Mental. É importante a participação de toda a categoria, para que esses objetivos sejam alcançados”.

Para obter mais informações sobre o sindicato, acesse site: www.sindpsi-rj.org.br.

Comissão Gestora finaliza seus trabalhos

As eleições se aproximam e, com isso, vem chegando ao fim a missão da Comissão Gestora, incumbida do desafio de dirigir e coordenar as atividades do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro até a posse de uma plenária eleita. Nesse período, entre março de 2003 e agosto de 2004, foram realizadas diversas mudanças administrativas, das quais este Boletim, o último a ser elaborado por esta Comissão, pretende apresentar um balanço geral.

As auditorias realizadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) junto ao CRP-05 impuseram uma série de medidas saneadoras a serem realizadas pela Comissão Gestora. Com respeito à cobrança de anuidades, por exemplo, foram encontradas muitas situações de cálculos de débitos. Na época em que a Comissão Gestora assumiu, o contrato com a empresa Cobralex para a cobrança das anuidades em débito já havia sido rompido, de forma que os cálculos ficaram a cargo do próprio Conselho. Diva Lúcia Conde, presidente do CRP-05, afirma que “a manutenção desses serviço de cobrança com a Cobralex até fevereiro de 2003, quando o contrato foi rompido, trouxe um expressivo prejuízo para o Conselho, pela ausência de rotinas de controle de arrecadação e de baixa nos prontuários dos psicólogos do que estava sendo pago”. Para tentar regularizar a situação, o Conselho do Rio de Janeiro contou com o auxílio do CRP-06 (São Paulo), através da prestação de serviços de um funcionário da área de cobranças. Atualmente, o trabalho de cobrança e recobrança de anuidades é realizado exclusivamente por funcionários do CRP-05 destacados para o setor.

Para encaminhamento dos vários processos jurídicos que aguardavam procedimentos, com prazos legalmente determinados, além da colaboração e orientação da Assessoria Jurídica do Conselho Federal de Psicologia (CFP), foram contratadas duas advogadas, constituindo uma Assessoria Jurídica própria. A Assessoria Jurídica passou a acompanhar processos, inclusive o dissídio coletivo dos funcionários, e analisar solicitações dos psicólogos

em débito. Também orientou a constituição da Comissão de Licitação e, ainda, acompanhou ações trabalhistas em curso.

Balanço Financeiro

Em maio de 2004, o CRP-05 apresentou sua prestação de contas de 2003 na Assembleia de Políticas Administrativas e Financeiras dos Conselhos de Psicologia (APAF), a qual foi aprovada. Quando a Comissão Gestora assumiu em 17 de março de 2003, o Conselho tinha um saldo bancário de R\$ 145.311,90 e o de poupança estava em R\$ 1.228.117,58. Ao final do primeiro semestre de 2004, em 30 de junho, a autarquia contabilizava o valor de R\$ 92.878,10 na conta corrente e R\$ 2.075.747,78 na poupança.

Em 2003, as despesas do CRP-05 consumiram 74% das receitas arrecadadas. Em relação aos gastos orçados, foram realizados apenas 66%. A arrecadação atingiu 89% em relação ao estimado.

Este ano, no primeiro semestre, o Conselho utilizou 67% das receitas arrecadadas (R\$ 3,007 milhões) com as despesas realizadas (R\$ 2,017 milhões). Cabe ressaltar que 72% das receitas orçadas já foram arrecadadas.

Dívida ativa

Como autarquia, os conselhos regulamentadores da profissão tem sua cobrança regida pela lei 6.830, de 1980, conhecida como Lei de Execução Fiscal. Por isso, as anuidades não pagas nos prazos estabelecidos são cobradas através da Dívida Ativa, forma de cobrança judicial das anuidades em atraso, após esgotadas todas as formas amigáveis. Tal procedimento não vinha sendo realizado regularmente no CRP-05. Considerando-se os prazos legais de

prescrição da dívida, a Comissão Gestora deu início às cobranças relacionadas à Dívida Ativa com base no ano de 1999. Foram enviadas correspondências a todos os psicólogos que apresentavam débitos correspondentes a este período, convocando-os, por duas vezes, a negociar sua dívida. Muitos procuraram a entidade para regularizar sua situação, alguns quitaram a dívida integralmente e outros parcelaram o valor.

No caso dos profissionais que não atenderam às solicitações, foi gerado o termo de inscrição na Dívida Ativa. Uma via dessa inscrição é enviada ao psicólogo, para que o mesmo tome conhecimento. Cerca de 15 dias após o recebimento desse termo e o não comparecimento do profissional, o Conselho é obrigado a ingressar com a cobrança judicial. Depois de ser notificado judicialmente, o psicólogo deve procurar a autarquia para parcelar ou quitar integralmente o débito. No caso de parcelamento, o processo só será suspenso após a confirmação do pagamento da primeira parcela.

Margarete Paiva explica que “encontra-

Agradecimento

O CRP-05 agradece a colaboração dos vários CRPs que se mobilizaram para o julgamento de processos éticos e de concessão do Título de Especialista. Ao CRP-06, que, além de atender às inúmeras consultas telefônicas, deslocou funcionários por mais de uma vez, para ajudar na condução dos procedimentos administrativos e financeiros, prestamos um agradecimento especial.

mos muitos casos de pessoas que apresentavam débitos, mas não exerciam mais a profissão, outras, no período devido, estavam residindo no exterior. A maioria não sabia que podia ter cancelado o registro, porque essa informação não era divulgada”. O CFP, em maio de 2002, emitiu uma resolução que assegura o direito de cancelar a inscrição a todo psicólogo inscrito que não exerça a profissão. Para tal, o profissional deve dirigir-se ao setor de atendimento. Ele pode estar em débito com o Conselho, mas não deve ter documentos pendentes. Não há taxas. Cabe ressaltar que as dívidas contraidas anteriormente à data do pedido de cancelamento não ficam isentadas. O profissional pode reativar o registro a qualquer momento, mantendo o mesmo número de inscrição.

Assim, com o intuito de sanar os problemas relacionados a dívida de psicólogos com a entidade, a Comissão Gestora criou a possibilidade de parcelamento em até 15 vezes. Margarete esclarece que “os gestores do Conselho não têm atribuições legais que lhes permitam isentar débitos. Estamos tentando regularizar as questões seguindo o previsto na lei”. Nesse sentido, é importante informar que o psicólogo pode solicitar a suspensão temporária do pagamento da anuidade em caso de permanência no exterior por mais de seis meses, desde que possa comprová-la, sendo que o mesmo pode ocorrer em caso de doença que impeça o exercício profissional.

Reformulação do quadro funcional

Conforme determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Constituição Federal, foi realizada seleção pública para preenchimento aos cargos de funcionários do Conselho. Para se realizar esse processo foi necessário construir um plano de cargos e salários, com descrição de atribuições e responsabilidades, exigência de formação e competências. No início do ano, o CRP-05 contratou 52 profissionais de nível técnico e superior para os seguintes cargos: assistente técnico COE, COF e COTEC, auxiliar administrativo, assistente

administrativo, assistente contábil, técnico em suporte de informática e programador de web. Também foram selecionados auxiliares de serviços gerais, para ajudar na manutenção das cinco sedes do Conselho, dando conta dos reparos emergenciais. O cargo de técnico jurídico não chegou a ser preenchido através dessa seleção, estando em andamento o processo para a realização de um novo concurso para a vaga.

Os novos funcionários foram submetidos a um programa de treinamento, elaborado por uma consultoria de recursos humanos, contratada por licitação. De acordo com Diva Lúcia Conde, “a Comissão Gestora tem se empenhado em realizar uma manutenção desse treinamento. Em maio, fizemos uma semana em que cada setor apresentou os seus trabalhos e dificuldades. O objetivo é construir uma cultura de implicação mútua, com todos acompanhando as rotinas uns dos outros. Assim, os funcionários podem ouvir e dar a sua opinião, fazer sugestões”.

A consultoria ainda descreveu as rotinas de trabalho e propôs uma otimização das mesmas. Também foi estabelecido e registrado o fluxo de documentos e os locais onde os mesmos devem ser guardados e descritas as responsabilidades dos setores. Com base nesse trabalho, foi produzido um manual sobre as rotinas e feito um organograma, pois, conforme descrito pela auditoria, o organograma oficial do CRP-05 não era condizente com seu funcionamento. Diva afirma que “o novo organograma reconfigurou o Conselho do ponto de vista administrativo”. A presidente acrescenta que “os materiais recebidos pelo Conselho – livros, periódicos etc – também passaram a ser organizados e criou-se um sistema de registro e acompanhamento do relacionamento do psicólogo com o CRP, para ajudar a manter atualizado o cadastro de psicólogos.”

Equipamentos e instalações

Visando maximizar o trabalho dos funcionários e a qualidade dos serviços prestados, foram comprados novos computadores e um novo servidor dotado de maior capacidade de processamento, arma-

zenamento e segurança de acesso. Também foi instalada banda larga.

O sistema cachê utilizado no cadastro foi atualizado, aumentando a quantidade de acesso simultâneo. Diva explica que “a manutenção do o cachê estava a cargo de um profissional responsável, mas sim de uma empresa, que fez mudanças no sistema, criou novos campos, não usou outros. Assim, operávamos com um sistema desconfigurado, cuja operação era extremamente precária”. A psicóloga informa ainda que, no momento, “não é economicamente viável substituir esse sistema, porque demanda um projeto administrativo próprio, já que possuímos mais de 30 mil cadastros”. A adequação cadastral é importante porque, além de atualizar os dados dos psicólogos, permitirá que o CRP-05 esteja integrado ao Cadastro Nacional de Psicólogos.

Sobre as condições prediais, das cinco instalações que são propriedade do CRP – a sede, na Tijuca, a sede antiga, em Botafogo, e as subsedes de Nova Iguaçu, Niterói e Petrópolis –, apenas as duas últimas apresentavam boas condições. Nos outros três prédios, existem problemas importantes de manutenção, o que inclui a parte hidráulica e elétrica. A partir dessa realidade, a Comissão Gestora contratou profissionais de engenharia e arquitetura, para que os mesmos desenvolvessem um diagnóstico do que precisa ser feito. O laudo já foi elaborado e está sendo orçado o custo das obras. Emergencialmente, o CRP-05 vem executando pequenas melhorias.

O sistema de telefonia também foi aperfeiçoado. A quantidade de linhas aumentou, passando de 10 para 16, sendo que as 6 linhas novas destinam-se apenas a receber ligações externas. Também foi instalada gravação eletrônica, melhorando a distribuição dos telefonemas e desafogando o atendimento de ligações pela telefonista.

A Comissão Gestora regularizou, ainda, a documentação das duas viaturas de propriedade do Conselho, possibilitando seu uso funcional. Além disso, foi comprada uma televisão para o auditório, substituindo

Atenção psicólogo!
Atualize seus dados cadastrais no dia da eleição para o CRP-05. Todas as mesas eleitorais terão formulários para este fim.

do a que havia sido danificada por falta de manutenção, e mobiliário adequado para o atendimento. Está sendo planejada a criação de uma sala de leitura, espaço a ser disponibilizado para todos os psicólogos, com os materiais que o CRP recebe de editoras, instituições e dos demais conselhos profissionais (livros, jornais, vídeos etc.).

Novos setores

Com o novo organograma, alguns setores foram criados: Compras, Cobrança (responsável pelas anuidades em atraso), Atendimento (antes, os psicólogos eram atendidos na recepção) e um Apoio de Gerência. Essas transformações exigiram uma reconfiguração do espaço físico do CRP-05, a fim de facilitar o trabalho e o acesso dos psicólogos aos setores de atendimento, cadastro e cobrança. No segundo andar, encontram-se os setores voltado para o público e, no terceiro, os de administração interna.

O número de funcionários no setor de Atendimento aumentou de quatro para 11, a fim de atender às demandas dos psicólogos, seja por telefone ou presencialmente, e organizar e atualizar os documentos necessários aos processos dos profissionais cadastrados. Dois funcionários foram designados para atualizar as informações do cadastro no sistema e três para atender aos psicólogos em parcelamento de anuidades em atraso. Com isso, o setor conseguiu emitir, entre março de 2003 e julho de 2004, 856 carteiras definitivas e 1197 provisórias e 117 segundas via. Nesse período, também foram realizadas 101 prorrogações de registros provisórios, 72 transferência, 34 inscrições secundárias (quando psicólogos registrados em outro CRP pedem autorização para trabalhar em nosso estado), 106 cancelamentos, 141 reativações, 49 ressarcimentos e 4 transferências com reativação.

Comunicação

Para a comunicação com a categoria, os gestores contrataram uma empresa, através de licitação, a qual está produzindo seu terceiro jornal este ano. Em 2003, a Comissão editou três boletins informativos. Além

desses, foram editados folders relacionados a eventos (COREP e eleições) e campanha contra o Ato Médico.

Agenda

A Comissão Gestora promoveu e participou dos eventos relacionados ao Sistema Conselhos de Psicologia, além dos que são regimentais. Em 2003, o CRP-05 realizou seis Pré-fóruns (Rio de Janeiro, Petrópolis, Volta Redonda, Cabo Frio, Campos e Nova Iguaçu) e o Fórum Regional de Ética. Este processo culminou com o envio de uma delegação ao Fórum Nacional de Ética, encontro que apresentou propostas de alteração do

O sistema de telefonia também foi aperfeiçoado. A quantidade de linhas aumentou, passando de 10 para 16, sendo que as 6 linhas novas destinam-se apenas a receber ligações externas

código de ética profissional dos psicólogos. Em 2004, o Conselho organizou os eventos que constituem etapas preparatórias para o V Congresso Nacional de Psicologia: os Eventos Preparatórios, Pré-Congressos e Congresso Regional de Psicologia. Como atividade regimental, foram realizadas as assembleias orçamentária e a da constituição da Comissão Regional Eleitoral.

Além disso, os gestores promoveram duas reuniões sobre a resolução 002/03, do CFP, que trata dos testes psicológi-

cos; receberam os psicólogos que trabalham nos Conselhos Tutelares, que procuraram a autarquia para discutir sobre as práticas que devem ser adotadas nestes locais; e participaram de várias atividades em universidades. A Comissão Gestora também esteve presente nas reuniões do Conselhinho, instância que reúne os Conselhos Profissionais do estado do Rio de Janeiro.

Comissões

Os Conselhos de Psicologia prevêem Comissões Permanentes e Temáticas, sendo regimentais a de Ética, a de Orientação e Fiscalização e a de Auditoria e Fiscalização – responsável por fiscalizar a gestão, fazendo uma auditoria interna. Quando os gestores assumiram, muitas das comissões não estavam constituídas, como a de Auditoria e Fiscalização, e outras tinham um funcionamento precário. Buscou-se, então, o restabelecimento da regularidade das Comissões de Orientação e Fiscalização (COF), de Ética (COE) e de Licitação.

- **Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)**

A COF, responsável pela fiscalização e orientação de pessoas jurídicas, contava, anteriormente, com três psicólogos efetivos e três contratados. Naquele momento, não havia nenhum relatório das atividades realizadas, nem registro dos atendimentos. Assim, a COF foi orientada a atualizar o máximo possível a fiscalização às pessoas jurídicas para concessão dos seus certificados. A Comissão conta hoje com um funcionário de apoio administrativo e quatro Assistentes Técnicos COF, com graduação em psicologia.

Este ano, entre janeiro e junho, a Comissão realizou 72 fiscalizações para renovação de pessoa jurídica – a cada três anos, as empresas devem renovar sua inscrição e, para isso, é necessário passar por uma fiscalização. Foram feitas também 30 fiscalizações de retorno, necessárias quando a empresa não cumpre todas as exigências

**Informações sobre documentos
podem ser solicitadas pelo
e-mail: atendimento@crprj.org.br**

numa primeira fiscalização. Em 2004, a COF ainda fez 15 fiscalizações por mudança de endereço, sete novas inscrições de pessoas jurídicas, 31 convocações para advertência, 11 para orientação e 38 para cancelamento. Também foram emitidos 42 certificados regularizando as empresas que já passaram por fiscalização e 34 processos de parecer para cancelamento.

• Comissão de Ética (COE)

A COE possuía um funcionário administrativo e um psicólogo contratado, que acolhia as representações e respondia às perguntas dos envolvidos nas representações. Na época, o CRP tinha cerca de 80 representações éticas formalizadas, sem que lhes fosse dado o encaminhamento devido. Hoje, a Comissão conta com um Assistente Técnico COE, graduado em psicologia, para estar permanentemente acompanhando os processos e atendendo as demandas, e um funcionário administrativo. Além disso, foram criadas quatro comissões de instruções de processos éticos, formadas por colaboradores e quatro membros da Comissão Gestora.

Entre janeiro e junho de 2004, a COE atendeu a 103 consultas telefônicas e 39 pessoais, orientando os psicólogos e os usuários de seus serviços sobre os processos em andamento, denúncias e conduta profissional. A Comissão também consultou 186 processos éticos, procedimento realizado quando alguém solicita informações sobre a existência de processos contra algum profissional ou em caso de transferência de regional. Nos últimos meses, 89 processos foram pré-analisados pela Assistente Técnica COE, a fim de, posteriormente, serem encaminhados para parecer das Comissões de Instrução de Processos Éticos.

As Comissões de Instrução enviaram 40 cartas com convocações para oitivas e entrevistas de esclarecimentos, dando andamento a processos, ou para informações sobre arquivamentos. Organizaram-se 36 representações e nove proces-

sos para desaforamento, ou seja, já analisados pelas comissões de instrução e encaminhados ao CFP, já que o Conselho Regional do Rio de Janeiro apenas estará em condições de julgá-los quando contar com uma plenária eleita.

• Comissão de Licitação

De acordo com a lei 8.666/93, o Conselho, por ser uma autarquia federal, está obrigado a realizar processo licitatório para toda aquisição de bens e/ou serviços com valor superior a R\$ 8 mil. Quando uma licitação não é concluída por falta de concorrentes interessados, o que é raro, o CRP precisa proceder à pesquisa de mercado e à cotação de preços com, no mínimo, três fornecedores. Desde que a Comissão Gestora assumiu, em 2003, foram realizadas 20 licitações, para os seguintes serviços: vigilância, limpeza e manutenção, informática, plano de saúde, consultoria em recursos humanos, vale-refeição, assessoria de comunicação, telefonia, hospedagem e locação de espaço para o COREP, aquisição de microcomputadores, fotolito e impressão gráfica do jornal.

• Comissão de Especialista

Também foi reconstituída a Comissão de Especialistas, responsável por receber e emitir pareceres sobre as solicitações da obtenção de Título de Especialista pelos psicólogos, conforme as determinações da resolução CFP 002/2001. Por não ter uma plenária eleita, o CRP-05 não pode deferir ou indeferir tais processos. Por isso, após analisá-los, a Comissão os encaminha juntamente com seu parecer para o Conselho Federal, que envia a um outro Regional, onde o material é analisado e aprovado ou reprovado. Em 2004, foram recebidos 72 requerimentos de título de especialista: 68 em psicologia social, dois em neuropsicologia, um em psicologia clínica e um em psicologia jurídica. Deste total, 46 foram desaforados para Brasília, sendo dois deles deferidos, e 26 estão em andamento.

• Comissão Técnica (COTEC)

A COTEC conta com um Assistente Técnico COTEC, formado em psicologia, e um funcionário de apoio administrativo. Entre suas atribuições, está o acompanhamento dos concursos públicos. Em 2003, a Comissão acompanhou 20 concursos públicos, sendo 19 organizados por prefeituras do Estado do Rio de Janeiro e uma para a Corregedoria do Estado do Rio de Janeiro, realizado em conjunto com a seleção para a prefeitura do Rio. Entre janeiro e abril de 2004, o setor acompanhou a realização de cinco concursos.

A COTEC também participa, constantemente, da organização de eventos. No ano passado, o setor colaborou com a realização do Fórum Regional de Ética e de seus eventos preparatórios, além de outros eventos temáticos de interesse da categoria. Em 2004, auxiliou na organização do COREP e de suas etapas preparatórias.

Pagamento das anuidades 2004

Ratificando comunicações anteriores, solicitamos aos psicólogos que efetuaram os pagamentos através dos boletos recebidos em dezembro e janeiro que enviem os comprovantes por fax. Estes boletos foram substituídos por carnês, encaminhados em fevereiro. Os boletos iniciais continham erros de impressão. Caso haja alguma dúvida sobre sua situação cadastral, entre em contato com o setor de Atendimento. Quem estiver em débito em relação à anuidade de 2004, pode imprimir boleto através do site do CRP-05: www.crprj.org.br.

**Em caso de dúvidas sobre anuidades,
procure o setor de cobrança através do
e-mail: cobranca@crprj.org.br**

Categoria escolhe seus repr

Em 27 de agosto, comemora-se o Dia do Psicólogo. Mas, este ano, a categoria tem outro motivo para se mobilizar. Nesta data, em todo o país, estarão acontecendo as eleições para os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. As chapas vencedoras serão responsáveis pela gestão da autarquia no próximo triênio.

A cada três anos, os psicólogos brasileiros são convocados a expressar sua opinião e escolher seus representantes. Para conduzir o processo no Rio de Janeiro, foi instituída, em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 16 de fevereiro deste ano, a Comissão Regional Eleitoral (CRE), conforme estabelecido na Resolução CFP nº 002/00. Foram eleitos membros-efetivos da CRE os psicólogos Sandra Nassar Goldstein, Patricia Jacques Fernandes, Tânia Stein Cynamon. Seus suplentes são Kátia Lanuza Santos Costa, Flávia Maceri Midão e Lindomar Expedito Silva.

Além de ser um exercício de cidadania, o voto é a oportunidade de escolher a chapa que melhor representa suas convicções e expectativas, ajudando a definir os rumos da profissão. Quem abre

mão desse direito, deixa a decisão nas mãos de outras pessoas. O voto é obrigatório, pessoal, secreto e intransferível. Na impossibilidade de comparecer no dia da eleição, o psicólogo tem que encaminhar uma justificativa ao CRP. Devem votar psicólogos regularmente inscritos no Conselho, ou seja, quites com a tesouraria em relação aos exercícios anteriores até o dia das eleições e em pleno gozo dos seus direitos. Por isso, se você possui alguma pendência, procure o CRP-05 para regularizar sua situação e tornar-se apto a participar do pleito 2004.

O fim do prazo dos pedidos de inscrição de chapas para as eleições dos CRPs e do CFP coincidiu com os últimos dias dos Congressos Regionais e Nacional de Psicologia, respectivamente. Este ano, apenas a chapa “Cuidar da Profissão” manifestou interesse em concorrer à diretoria do CFP. No Rio de Janeiro, duas chapas requereram participar do pleito 2004. Porém, uma delas não teve sua inscrição homologada, por não conseguir cumprir todos os requisitos previstos na legislação eleitoral. De acordo com o regimento, as chapas devem passar pelos

seguintes trâmites: os psicólogos organizados em chapa requerem sua inscrição. A Comissão Regional Eleitoral apura as condições de elegibilidade de cada membro. Caso haja alguma irregularidade, é determinado um prazo para saná-la. Após esse período, há uma nova averiguação. No Rio, após a primeira verificação, apenas uma chapa cumpriu todas solicitações e teve seu pedido deferido pela CRE.

Cabe esclarecer que, para participar de chapas, o psicólogo deve: ser cidadão brasileiro, estar em dia com suas obrigações eleitorais e militares e com o pagamento das anuidades do Conselho, livre de condenação a pena superior a dois anos e de infração ética nos últimos cinco anos. O profissional também não pode estar exercendo cargo de diretoria ao qual esteja concorrendo nos três meses que antecedem ao pleito, possuir vínculo empregatício ou contrato com Conselhos de Psicologia, exceto em caso de renúncia, nem integrar a Comissão Eleitoral Especial nem a Regional ou ter perdido mandato eletivo em Conselho de Psicologia, excluídos os casos de renúncia e por ausência em plenária.



*O voto é a
oportunidade de
escolher a chapa
que melhor
representa suas
convicções e
anseios*

representantes nos Conselhos

Como votar

Existem três formas de voto: presencial, por correspondência e em separado.

• Voto presencial

Os psicólogos residentes nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis e Petrópolis votarão pessoalmente, em urnas eletrônicas disponibilizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Os locais de votação foram distribuídos seguindo os endereços constantes no cadastro do CRP-05 e divulgados através de correspondência e em jornais de grande circulação, no mês de julho, conforme determinado no edital. As informações também estão disponíveis no site do CRP-05 (www.crpri.org.br). Os psicólogos que não receberem a carta com a determinação dos seus locais de votação até 20 de agosto devem entrar em contato com o Conselho, através do e-mail eleicoes2004@crpri.org.br, para verificação de sua situação cadastral.

• Voto por correspondência

Nas demais cidades do estado do Rio, o voto será por correspondência. Neste caso, o eleitor receberá o material que será postado em 02 de agosto pela CRE. O voto, para ser computado, deverá chegar ao CRP-05 até as 17h., do dia 27 de agosto.

• Voto em separado

Os psicólogos com débitos junto ao CRP-05 que desejarem regularizar sua situação financeira no próprio dia da eleição, tornando-se aptos a votar, só poderão fazê-lo na Sede Tijuca, na Rua Delgado de Carvalho, 53, onde haverá uma urna específica para estes casos.

Nos municípios onde o voto será presencial, haverá dois mesários e um presidente de urna. “A princípio, convocamos aqueles profissionais que já trabalharam nas últimas eleições, porque eles já têm mais experiência, sabem lidar com a urna eletrônica, o que facilita o processo”, explica Sandra Nassar, presidente da Comissão Regional Eleitoral do CRP-05. A psicóloga acrescenta que “há uma primeira lis-

ta, mas podem haver desistências, o que abre espaço para outros psicólogos se apresentarem como voluntários, lembrando que há uma ajuda de custo para esse dia de trabalho”, afirma. Conforme divulgado em mala direta enviada pelo Conselho, os interessados em integrar a mesa eleitoral puderam se cadastrar por e-mail ou na sede do CRP-05, até o dia 20 de julho. Os profissionais nomeados pela Comissão Regional Eleitoral receberam a convocação por correspondência. Em agosto, em data a ser divulgada no site www.crpri.org.br, acontece na sede do Conselho uma reunião com os 84 mesários e os 42 presidentes das mesas eleitorais. Cabe ressaltar que a convocação é obrigatória e os psicólogos que por ventura não puderem trabalhar nas eleições devem apresentar justificativas.

A apuração será realizada no dia 27 de agosto e a posse dos eleitos acontece no prazo de no máximo 30 dias após o pleito. Mais informações sobre as eleições podem ser obtidas com a Comissão Regional Eleitoral, na sede do CRP-05, sala 21, às quartas-feiras, entre 11h. e 12h., ou por telefone: 2234-1022 ramal 229.

Locais de votação no estado do Rio de Janeiro

ZONAS	LOCAL	ENDEREÇO	URNAS
ZONA 001	SEDE CRP-05/ TIJUCA	Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca	2
ZONA 002	IBMR – Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação	Praia de Botafogo, 158 – Botafogo	2
ZONA 003	SUB SEDE PETRÓPOLIS	Rua Paulo Barbosa, 174 – Sala 15 – Centro	1
ZONA 004	SUB SEDE NOVA IGUAÇU	Rua Sebastião Herculano de Mattos, 41 – Centro	1
ZONA 005	CEPA	Rua Senador Dantas, 118 – Centro	1
ZONA 006	FUNDAÇÃO TÉCNICO EDUCACIONAL SOUZA MARQUES	Rua do Catete, 6 – Glória	2
ZONA 007	INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	Rua das Laranjeiras, 232 – Laranjeiras	1
ZONA 008	IBMR – Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação	Praia de Botafogo, 158 – Botafogo	1
ZONA 009	ESCOLA MUNICIPAL ALENCASTRO GUIMARÃES	Rua Tonelero, 20 – Copacabana	2
ZONA 010	COLÉGIO ESTADUAL INFANTE DOM HENRIQUE	Rua Belfort Rixo, 433 – Copacabana	1
ZONA 011	UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	Rua Joana Angélica, 63 – Ipanema	1
ZONA 012	UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	Rua Joana Angélica, 63 – Ipanema	3
ZONA 013	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	Rua do Bispo, 83 – Rio Comprido	1
ZONA 014	UERJ	Rua São Francisco Xavier, 524 – Maracanã	3
ZONA 015	CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA	Rua 24 de Maio, 797 – Engenho Novo	2
ZONA 016	UNIVERSIDADE – CAMPUS MÉIER	Rua José Bonifácio, 140 – Méier	1
ZONA 017	SENAC – MADUREIRA	Rua Ewbank da Câmara, 91 – Madureira	1
ZONA 018	UNIVERSIDADE GAMA FILHO	Rua Manoel Vitorino, 625 – Piedade	1
ZONA 019	SUAM	Av. Paris, 72 – Bonsucesso	1
ZONA 020	SENAC	IRAJÁ Rua Emiliano Felipe, 173 – Irajá	1
ZONA 021	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO	Av. Santa Cruz, 1631 – Realengo	1
ZONA 022	FACULDADES INTEGRADAS DE JACAREPAGUÁ	Ladeira da Freguesia, 196 – Freguesia	2
ZONA 023	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ – CAMPUS BARRA II	Av. Pref. Dulcídio Cardoso, 2900 – Barra da Tijuca	2
ZONA 024	FACULDADE MOACYR SREDER BASTOS	Rua Engenheiro Trindade, 229 – Campo Grande	1
ZONA 025	ACM – ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS	Rua Maldonado, 55 – Ribeira – Ilha do Governador	1
ZONA 026	TERMINAL RODOVIÁRIO JOÃO GOULART	Rua Visconde do Rio Branco, s/nº – Niterói	4
ZONA 027	UERJ – FORMAÇÃO DE PROFESSORES	Rua Dr. Francisco Portela, 794 – Paraíso – São Gonçalo	1
ZONA 028	ESCOLA MUNICIPAL ITÁLIA	Av. dos Italianos, 992 – Rocha Miranda	1

V CNP: categoria debate seu papel nas mudanças sociais

Mobilizar e organizar uma categoria com cerca de 130 mil profissionais, espalhados por um país de mais de 170 milhões de habitantes. Este é o principal objetivo dos Congressos Nacionais de Psicologia, realizados a cada três anos, desde de 1994. A quinta edição do evento, promovido pelo Sistema Conselhos, aconteceu entre 17 e 20 de junho, na Universidade de Brasília. Este ano, o tema foi “Protagonismo Social da Psicologia – as urgências brasileiras e a construção de respostas da psicologia às necessidades sociais”. O assunto foi dividido nos seguintes eixos: Políticas Públicas; Inclusão Social e Direitos Humanos; e Exercício Profissional – áreas emergentes, campo e espaço de atuação e formação e exigência de qualificação. Antes do V CNP, foram realizados diversos eventos por todo o Brasil, a fim de permitir a participação de todos os profissionais na discussão das diretrizes a serem adotadas pelas autarquias regionais e federal no próximo triênio. Entre eles, podemos destacar os Congressos Regionais, que aprovaram as teses propostas pelos psicólogos em suas regiões e elegeram delegados para o Nacional.

Na abertura do V CNP, o presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ricardo Moretzsohn, deu as boas vindas aos delegados de todo o país e falou sobre a importância do evento para a profissão e seus objetivos, destacando o que foi discutido nos congressos anteriores. Segundo ele, o evento é “a oportunidade que a psicologia tem de redirecionar o caminho que vem trilhando e convoca os psicólogos a pensarem no futuro da profissão”.

O secretário de Direitos Humanos do Governo, Nilmário Miranda, também esteve presente no evento. Em seu discurso, falou sobre os direitos da criança e do adolescente, posicionando-se contra a redução da idade penal. Na ocasião, o secretário afirmou que “a criança deve ser objeto da doutrina da proteção integral”. Moretzsohn acrescentou que os psicólogos querem “priorizar políticas públicas na área da infância, fortalecendo assim nosso vínculo com as questões sociais”. O secretário Nilmário Miranda fa-

lou ainda sobre a importância da parceria entre a Secretaria de Direitos Humanos e o Banco Social de Serviços, para a implementação dos princípios do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, voltados às medidas socioeducativas em meio aberto.

A cerimônia de abertura do V CNP contou ainda com a presença do coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Pedro Delgado, que defendeu em seu discurso a ressocialização do portador de sofrimento mental, a reforma psiquiátrica e o tratamento do paciente mental em regime aberto, e de Juliana Varela, representante da Comissão Nacional de Entidades Estudantis de Psicologia (Conep). Juliana declarou que os estudantes são favoráveis à inserção da psicologia nas políticas públicas. O primeiro dia do evento acabou com a leitura e a discussão do regimento interno.

Na manhã seguinte, os 200 delegados dividiram-se em dez grupos de trabalho, para debater e votar as 260 teses, geradas a partir das 1.099 que chegaram de todo país ao Conselho Federal de Psicologia até maio de 2004, para sistematização. A maioria das teses versava sobre exercício profissional e complemento de espaço de atuações (135). Entre as demais, 80 tratavam

das questões relativas às políticas públicas e 45 dos assuntos referentes à inclusão social e direitos humanos. De acordo com o regimento, os representantes de cada Congresso Regional foram distribuídos proporcionalmente entre os diversos grupos. Nos dois últimos dias do evento, as teses aprovadas pelos grupos foram discutidas na Plenária. Os delegados votavam pela sua manutenção, exclusão ou alteração. Das seis moções apresentadas no encerramento do congresso, apenas duas foram apreciadas favoravelmente.

No último dia, expirou o prazo para a apresentação e inscrição das chapas que concorrerão às eleições para a direção do CFP, que ocorrem no próximo dia 27 de agosto. Apenas uma se inscreveu.

As deliberações resultantes do V CNP deverão ser aplicadas na elaboração de um programa de participação efetiva da psicologia na transformação da sociedade, ampliando a inserção social e a possibilidade de formular respostas para as necessidades sociais urgentes do Brasil. O campo de atuação dos psicólogos cada vez mais extrapola os limites dos consultórios e os profissionais mostram-se prontos para serem verdadeiros agentes de mudanças sociais.



Plenária do V Congresso Nacional vota as teses encaminhadas pelos Regionais

Dia do Psicólogo: comemore pensando a avaliação psicológica

A resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos, é a base para o encontro **“Pensando a Avaliação Psicológica”**, que acontecerá nos dias 24 e 25 de agosto, no auditório Antonio Carlos Amorim, na Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj). **O evento faz parte das comemorações pelo dia do psicólogo (27 de agosto)** e está sendo organizado pelo CRP-05, pela Coordenadoria do Serviço de Psicologia da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e pelas Faculdades Integradas Maria Thereza.

O ensino de disciplinas ligadas à avaliação psicológica restringe-se hoje, em sua maioria, à mera reprodução dos procedimentos de aplicação e correção de testes. Para mudar essa realidade, faltam investimentos em pesquisas, fundamentais à criação e à validação de instrumentos psicométricos, e recursos materiais, além da carga horária das

disciplinas relacionadas ao tema ser restrita. O encontro é uma proposta de reflexão coletiva a respeito destas questões e sobre a prática dos psicólogos no que se refere ao uso de testes e à avaliação psicológica.

O evento contará com palestras sobre: “O sentido da avaliação psicológica”; “Avaliação psicológica na área clínica”; “Avaliação psicológica para condução de veículos automotivos e porte de armas: o que, como e por quê avaliar?”; “Avaliação psicológica no âmbito jurídico”; “A avaliação psicológica no âmbito das Forças Armadas” e “A avaliação psicológica na área da psicologia do trabalho”.

As inscrições podem ser feitas por e-mail (cotec@crprj.org.br), telefone (2234-1022 r. 213 ou 231) ou pessoalmente, na sede do CRP-05 (R. Delgado de Carvalho, 53 - Tijuca), entre os dias 7 e 13 de agosto. Ao final do evento, os participantes receberão certificados. Não há taxa inscrição.

Pensando a Avaliação Psicológica

Data: 24 e 25 de agosto
Horário: 8:30h às 18h
Local: Auditório Antônio Carlos Amorim (EMERJ)
Endereço: Av. Erasmo Braga, 115, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro.

Inscrições:
de 7 a 13 de agosto
Sede do CRP-05: R. Delgado de Carvalho, 53 Tijuca.
Tel: 2234-1022
r. 213 ou 231
e-mail:
cotec@crprj.org.br
Informações:
www.crprj.org.br

Congresso comemora centenário de Nise da Silveira

Uma vida dedicada aos doentes mentais. Essa foi a característica mais marcante na história da médica psiquiatra, pesquisadora e escritora Nise da Silveira, conhecida por introduzir, mundialmente, a primeira instituição de tratamento extra-manicomial de portadores de distúrbios emocionais. Nos dias 23, 24 e 25 de setembro, a Casa das Palmeiras, o Instituto Franco Basaglia (IFB) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) organizam o I Congresso Brasileiro Nise da Silveira, inaugurando as comemorações pelo seu centenário.

O evento, que será realizado na UERJ, estudará a obra da homenageada, nas perspectivas biográfica, científica e artística. Haverá uma conferência com o teólogo catarinense Leonardo Boff e mesas redondas com profissionais de diversas áreas, como o poeta Ferreira Gullar, o dramaturgo e diretor teatral Augusto Boal, o economista Celso Furtado e a astróloga Martha Pires Ferreira, entre outros. Além disso, serão apresentadas pesquisas e práticas terapêuticas e estudos acadêmicos de professores e estudantes universitários.



ANPEPP estimula produção acadêmica

Ocorreu, no Espírito Santo, entre 24 e 28 de maio, o X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). O evento contou com a participação de 437 pessoas, entre professores-pesquisadores de programas de pós-graduação em psicologia filiados à ANPEPP, inscritos nos Grupos de Trabalho, e mestrandos ou doutorandos convidados. O total de inscritos chegou a 517.

Os encontros acontecem a cada dois anos com o objetivo de possibilitar a reunião e intercâmbio científico, incentivando a criação de novos grupos de pesquisa e fortalecendo os já consolidados. Este ano, o tema central foi “Perspectivas e Desafios da Pós-Graduação Brasileira”. Houve palestras, mesas-redondas e 42 grupos de trabalho. As principais conclusões foram apresentadas em um painel. No encontro, também foi exposta uma síntese dos debates, decisões e encaminhamentos dos fóruns de discussão, realizados ao longo do ano no site da ANPEPP, conforme reivindicado pelos participantes do simpósio anterior.

Em breve, estarão disponíveis no site da associação (www.anpepp.org.br) as sínteses do material produzido pelos grupos de trabalho e pelos fóruns de discussão.

Rio de Janeiro
I Cong. Int. VII Cong. Brasileiro de Psicopatologia Fundamental
Data: de 4 a 7 de setembro
Local: Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro - PUC- RJ
Informações:
Tel: (11) 3661-6519
E-mail: mtberlim@uol.com.br
Site: www.psicopatologiafundamental.org

Rio de Janeiro
VI Encontro Clio-Psiqué
Data: de 20 a 22 de outubro
Local: UERJ
Informações:
Tel: (21) 2587-7707
E-mail: cepuerj@uerj.br
Site: www.cepuerj.uerj.br

Rio de Janeiro
III Encontro em História da Medicina Mental e Saberes Afins e IX Congresso Brasileiro de História da Medicina
Data: 5 e 6 de novembro / 8 a 10 de novembro
Local: sede da Academia Nacional de Medicina Afins
Informações:
E-mail: 9sbhm@coc.fiocruz.br
Site: www.congrhitoriadamedicina.coc.fiocruz.br

VI Congresso Brasileiro de Psicologia do Trânsito “Novos Rumos da Circulação Humana”
Data: de 10 a 13 de novembro
Local: Campo Grande – MS
Informações:
Site: www.pol.org.br

X Encontro da Abrapso Regional Sul
Data: de 03 a 06 de setembro
Local: Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro - PUC-PR
Informações:
Tel: (41) 343-3904 / 343-8094
E-mail: rd@eventosrd.com.br
Site: www.eventosrd.com.br

I Congresso de Psicologia da Região Centro-Oeste
Data: de 9 a 12 de outubro
Local: Universidade Católica de Brasília - Campus I
Informações:
E-mail: conpisco@pos.ucb.br
Site: www.ucb.br/posgraduacao/psicologia

III Congresso Paulista de Psicossomática - “Pensando o futuro da psicossomática: realidades, angústias e esperanças”.
Data: 11 e 12 de outubro
Local: Sede da Ass. Brasileira de Med. Psicossomática (ABMP) - SP
Informações:
Tel: (11) 3285.2803
E-mail: eventos@psicossomatica-sp.org.br
Site: www.psicossomatica-sp.org.br

Segunda edição do Prêmio de Inclusão Social – Saúde Mental
Data: 14 de outubro
Local: Salvador - BA
Informações:
Tel: (11) 3742-3601
E-mail: organizacao@premiodeinclusao.com.br
Site: www.premiodeinclusao.com.br

I Fórum de Debates Sociedade Rorschach de São Paulo “Ciclo de Vivência”
Data: de 1º a 3 de outubro

Local: Estação Ciência - SP
Informações:
Tel: (11) 5083-8271/ 5539-0009
E-mail: rorschach@rorschach.com.br
Site: www.rorschach.com.br

III Congresso Latino-americano de Alternativas em Psicologia
Data: de 22 e 25 de setembro
Local: Acapulco, cidade do México
Informações:
Tel: (11) 5341-8012
E-mail: info@amapsi.org
Site: www.amapsi.org

XIII Fórum Internacional de Psicanálise: “As Múltiplas Faces da Perversão”
Data: de 24 a 28 de agosto
Endereço: Mercure Hotel - Belo Horizonte - MG
Informações:
Tel: (31) 3298-4138 / 3223-6115
E-mail: cpmg@cpmg.org.br
Site: www.cpmg.org.br

Rio de Janeiro
Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira
Data: de 20 a 22 de outubro
Endereço: UFRJ – Campus Praia Vermelha
Informações:
Tel: 2295-3208
E-mail: nipiac@psyco.ufrj.br
Site: www.jubra.ufrj.br

XII Congreso Mundial de Educación Comparada
Data: de 25 a 29 de outubro
Endereço: Palacio de Convenciones de La Habana – Cuba
Informações:
E-mail: pedagogo@teleda.get.tur.cu
Site: <http://12wcces.cujae.edu.cu>

15º Congresso Internacional em Questões de Saúde da Mulher
Data: de 7 a 10 de novembro
Endereço: Hotel Fazenda Fonte Colina Verde, em São Pedro - SP
Informações:
Tel: 2295-3208
E-mail: icowhi2004@eerp.usp.br
Site: www.eerp.usp.br

Jornadas Latinoamericanas de Investigación Y Práctica En Psicología Educacional
Data: 8 e 9 de outubro
Local: Facultad de Psicología, Universidad de Buenos Aires - Argentina
Informações:
E-mail: maestrias@psi.uba.ar / psicoped@psi.uba.ar

XIII Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental e II Encontro Internacional da ABA – Association for Behavior Analysis
Data: de 12 e 15 de outubro
Local: Hotel The Royal Palm Plaza – Campinas - SP
Informações:
Tel: (19) 3254-3055 / 1107
E-mail: informacoes@terapiaporcontingencias.com.br
Site: www.abainternational.org/brazil/

Projeto de lei do Ato Médico é repudiado pelo CFP

O Projeto de Lei 25/02 – que define como Ato Médico todos os procedimentos diagnósticos ou terapêuticos que envolvam a prevenção e os cuidados da atenção à saúde primária, secundária e terciária – continua sendo debatido pelos diversos Conselhos Profissionais da área de saúde, entre eles o CFP.

Em 23 de junho, o senador Tião Viana (PT-AC), relator da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) do Senado Federal, apresentou seu parecer sobre o PL 25/02. Segundo ele, o projeto foi aperfeiçoado, na forma de três emendas e uma subemenda. Nesta data, foi concedido pedido de vista coletiva aos senadores Demóstenes Torres, Mozarildo Cavalcanti e Serys Slhessarenko. Assim, a votação na CCJC foi adiada para o dia 30 de junho, quando o projeto foi aprovado. Agora, o texto passa para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

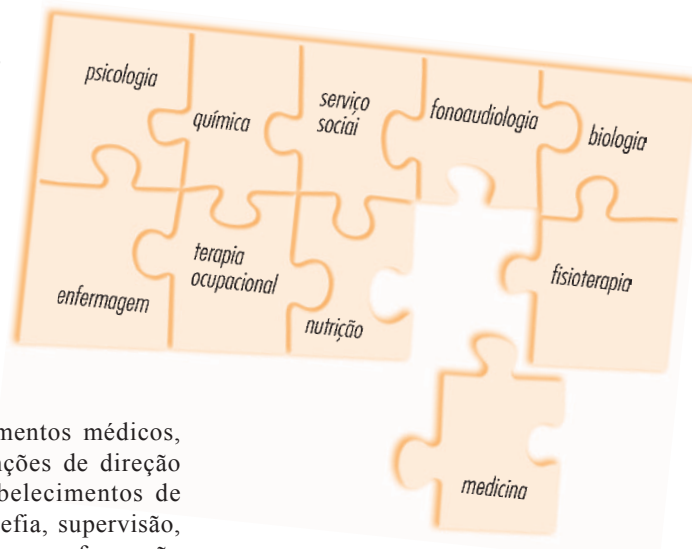
O PL 25/02 foi amplamente debatido no Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde (FCFAS), que, em 4 de junho, se reuniu para, dentre outros assuntos, elaborar um ofício a ser encaminhado ao senador Tião Viana, juntamente com a proposta de um novo texto para o projeto. Isto porque o Conselho Federal de Medicina (CFM), argumentando a necessidade de regular a profissão do médico, solicitou que se buscasse um texto de consenso, que não prejudique as demais categorias. O impasse foi causado pelo fato do projeto restringir aos médicos procedimentos utilizados por diversos profissionais da área de saúde, interferindo em suas funções. Apesar de fortemente defendido pelo CFM, o PL também não é consenso entre a classe médica. O deputado federal Florisvaldo Fier (PT-PR), pediatra e médico sanitário, por exemplo, afirma que esta lei “vem muito mais com caráter de preservação do mercado”.

A primeira emenda da proposta substitutiva do senador Tião Viana institui que as atividades de prevenção primária e terciária que não impliquem a execução de diagnóstico e indicações terapêuticas po-

dem ser atos compartilhados com outros profissionais de saúde, dentro dos limites impostos pela legislação pertinente. Foram definidas como funções privativas do médico: coordenação, direção, chefia, perícia, auditoria e supervisão vinculadas, de forma imediata e direta, a procedimentos médicos, sendo excluídas as funções de direção administrativa de estabelecimentos de saúde e de direção, chefia, supervisão, entre outros, que dispensem formação médica ou exijam qualificação profissional de outra natureza.

Apesar de reconhecer a importância das mudanças realizadas pelo senador, os Conselhos Profissionais da área da saúde consideram que as transformações no texto ainda não foram suficientes. Um dos pontos de discordância, o artigo que estabelece que “são atos privativos do médico a formulação do diagnóstico médico e a prescrição terapêutica das doenças”, por exemplo, foi mantido. Por isso, o Conselho Federal de Psicologia entregou aos senadores da CCJC um manifesto, onde cita parte do parecer da Comissão Intersetorial de Saúde, afirmando que o “velho modelo” à saúde, centrado na figura do médico, deve ser substituído por outro mais amplo. No documento, o CFP explica que “não cabe submeter toda uma área ao processo decisório de uma única categoria e é dentro dessa convicção que os psicólogos brasileiros manifestam sua idéia de que a saúde só pode ser concebida como atividade multidisciplinar e multiprofissional, devendo dessa forma ser tratada em todas as ações que pretendam disciplinar esse campo”.

Continuando os protestos contra a aprovação do PL, foi referendada uma moção de repúdio ao mesmo, na cerimônia de encerramento do Congresso Brasileiro de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que ocorreu entre 28 de junho e 1º de julho, em São Paulo, e um abaixo-assinado dos médicos presentes no Con-



gresso, manifestando-se contra a aprovação do projeto. As moções deverão ser encaminhadas para todos os Conselhos da área de saúde, à Câmara e ao Senado Federal, inclusive para a CAS. No documento, os participantes do evento declaram que o PL 25/02 propõe a regulamentação do ato médico em oposição aos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), ao estabelecer a hierarquização e hegemonia de uma profissão do campo da saúde sobre as demais. Na ocasião, também foram defendidas a interdisciplinariedade e a horizontalização das relações de trabalho, de importância vital para a consolidação da transformação do modelo de atenção à saúde mental no país.

O CFP vem participando ativamente das discussões em torno do PL 25/02. A autarquia também colaborou na formulação do texto elaborado no Fórum dos Conselhos Federais de Saúde, procurando salvar os interesses das demais profissões da área de saúde. Além disso, tomou a iniciativa de promover uma campanha afirmativa pela multidisciplinariedade no setor, cujo cartaz foi veiculado no Congresso de CAPS. O momento é de ofensiva junto aos senadores da CAS e de atos públicos, que mostrem à sociedade o que está sendo definido. Participe enviando sua opinião aos senadores da CAS e informe-se pelos sites do CRP-05 e do CFP sobre as atividades que serão programadas.

Repercussão das novas diretrizes curriculares em Psicologia no Rio

No último dia 12 de abril, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou no Diário Oficial da União (DOU) as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em psicologia. Desde 1999, quando a Comissão de Especialistas, constituída pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), apresentou sua primeira proposta, ocorreram várias manifestações contrárias à proposta governamental. Enquanto o MEC defendia uma formação segmentada, os participantes do Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia, entre eles o CFP, recomendavam a adoção de uma formação generalista, que permite a atuação em todas as áreas da profissão (professor, bacharel e psicólogo). Após vários encontros, em fevereiro deste ano, chegou-se a um consenso e foi elaborado por uma comissão de conciliação o documento usado como referência para a elaboração das novas diretrizes curriculares.

Com o intuito de debater a implantação do novo currículo no estado, o CRP-05 convidou os coordenadores dos cursos de psicologia das faculdades do Rio de Janeiro para uma reunião em sua sede, realizada no dia 12 de julho. Estiveram presentes os coordenadores da Faculdade Celso Lisboa, Aglae de Queiroz Carvalho, da Faculdade Severino Sombra, Fátima Rocha, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Neuza Eiras, da Universidade Estácio de Sá, campus Rebouças, Rosinda Oliveira, e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ruth Machado, além do auxiliar de coordenação da Faculdade Maria Thereza, Sávio Valvieste.

Na ocasião, a presidente do CRP-05, Diva Lúcia Conde, esclareceu que “os Conselhos Regionais de Psicologia participaram e pressionaram de di-

versas formas o MEC, antes da aprovação das diretrizes. Consolidada uma proposta que contou com o acordo das autoridades do ministério e dos representantes do Fórum Nacional de Entidades de Psicologia, as autarquias dispõem-se a apoiar as instituições de formação no processo de implementação das diretrizes”. Na reunião, constata-se que ainda há muitas dúvidas. A principal refere-se ao prazo que os cursos têm para se adequar ao novo currículo. Ao final, os presentes definiram que as faculdades apresentarão sua proposta de grade curricular, já considerando a orientação prevista nas diretrizes, em uma série de encontros, a serem realizados no auditório do CRP. O primeiro está previsto para 17 de agosto, entre 14h e 16 h, quando a Faculdade Maria Thereza e a UFRJ apresentarão suas proposições.

Na reunião, todos tomaram ciência do **I Seminário Nacional sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Psicologia**, organizado pela ABEP, e se comprometeram a fazer o possível para participar do evento. **O encontro ocorrerá em Brasília, nos dias 2 e 3 de agosto**, e tem por objetivo discutir as implicações operacionais e técnico-científicas para o ensino da psicologia, decorrentes da homologação das novas diretrizes. Para obter mais informações, consulte o site www.abepsi.org.br ou entre em contato nos seguintes telefones: (61) 328-4433 ou (61) 328-3163. Ao final, serão emitidos certificados para os participantes.

Repercussão das novas diretrizes nos cursos de psicologia do estado do Rio de Janeiro

Lídia Levy – PUC – RJ

“A PUC foi a pioneira na adaptação do currículo às diretrizes curriculares. Em 1998, foi feita uma reforma curricular baseada nas discussões em torno da elaboração das diretrizes. A universidade promoveu debates com coordenadores de outras faculdades, para mostrar seu currículo e sugerir adaptações nos demais cursos. O currículo de 1998 já foi feito com base na formação generalista. Esse modelo funciona bem, já há quase seis anos. Não houve dificuldades, a não ser burocráticas. Os alunos aprovaram. Em relação as diretrizes publicadas em abril no Diário Oficial, a PUC não debateu a questão com os professores, nem com os alunos, mas

acredita que não houve mudança significativa no currículo em comparação ao já usado pela instituição.”

Rosinda Oliveira – Universidade Estácio de Sá

“O currículo vigente na Estácio, que funciona desde o segundo semestre de 1999, já contempla boa parte das diretrizes curriculares recém-publicadas no Diário Oficial. Ele foi elaborado baseado nas discussões em torno da questão. No entanto, algumas modificações precisam ser feitas, para atender ainda mais às novas diretrizes. Já temos duas ênfases implementadas, uma em saúde coletiva e a outra em psicologia clínica. A universidade quer torná-las mais espe-

cíficas. Temos também um bacharelado em iniciação científica que é optativo, mas pretendemos transformá-lo em obrigatório. Há uma proposta de reforma curricular, que deve acontecer no primeiro semestre de 2005. Ela será ideal para nos adequarmos cada vez mais às diretrizes. Acredito que o CRP poderia fazer um fórum entre os coordenadores de cursos para discutirmos a questão das ênfases.”

Ruth Machado – UFRJ

“A Reforma Curricular que está sendo realizada pelo Instituto de Psicologia da UFRJ para 2005 está de acordo com as diretrizes. Elas refletem nossa preocupação com a formação. O currículo

proposto já está arrumado por eixos estruturantes e núcleos, e apenas em fase de ajustes. Desde já, no entanto, o Instituto está empenhado em engajar os estudantes em atividades de Monitoria e Extensão, através da participação em atividades acadêmicas e científicas e na valorização das interfaces com campos de saber afins com a Psicologia. Cada semestre começa com uma Semana Acadêmica, com especial atenção à Semana de Ambientação de Novos Alunos. Assim os alunos vão diversificando suas atividades e enriquecendo seu dia-a-dia na instituição.”

Neusa Eiras – UERJ

“O Instituto de Psicologia da UERJ só vai pensar em reforma curricular depois de agosto, quando mudam os chefes de departamento. Eu acredito que vamos ter que mexer em alguns pontos do nosso currículo para adaptá-lo às diretrizes, mas nada muito radical. Ainda não conversamos com o corpo docente nem com os alunos para saber o que estão pensando sobre as novas diretrizes.”

Glória Sadala – Universidade Veiga de Almeida

“Como o curso da UVA é novo, foi aprovado pelo MEC em agosto de 2003, o currículo dele já foi todo baseado nas discussões das diretrizes. Mas algumas mudanças pequenas serão necessárias, para aperfeiçoá-lo, principalmente no que diz respeito ao estágio básico supervisionado. Ainda temos que enquadrá-lo dentro das normas, mas não será uma al-

teração grande e nem complicada. Acredito que todos os professores e os alunos que tiveram acesso ao documento concordaram com o que foi proposto pelas diretrizes, até porque já trabalhamos dentro do método descrito por elas.”

Inalva Pereira – Universidade Santa Úrsula

“Não foi necessário fazermos nenhuma adaptação no nosso currículo vigente porque ele é totalmente adequado às disciplinas. O que estamos fazendo é apenas acrescentando algumas matérias eletivas, como Psicologia do Esporte, Gestalt e Psicologia Hospitalar. Antes de incluirmos essas matérias na grade, fazemos palestras com os alunos, explicando os conteúdos, para verificar a demanda. Todas as disciplinas têm sido bem aceitas, as turmas estão cheias. Creio que todos da universidade concordaram com as diretrizes já que aqui, na verdade, elas vieram apenas oficializar o que já vinha sendo feito.”

Francisco Faria – Faculdades Integradas Maria Thereza

“Nós recebemos no mês de junho a visita da Comissão Avaliadora do INEP e discutimos o nosso currículo. Ele precisa ser adaptado às novas diretrizes porque conta com alguns pontos que foram excluídos do documento publicado no Diário Oficial, como a questão do bacharelado, por exemplo. Estamos iniciando, então uma reforma curricular baseada nas diretrizes. Acreditamos que não existirão muitas dificuldades, já que a maior parte dos alunos e professores está de acordo.”

Carlos Alberto Marconi – Universidade Gama Filho

“A Gama Filho já estava em processo de reforma curricular quando as diretrizes foram publicadas no Diário Oficial. Vamos ter que fazer algumas mudanças agora. Distribuímos o texto das diretrizes para todos os professores e pretendemos fazer uma reunião para discutir o tema e pensar nas adaptações que faremos no currículo do curso. Não se sabe a opinião de todos ainda, mas eu, particularmente, discordo de alguns pontos. Acho que a questão das ênfases ficou pouco clara, acredito que seja uma espécie de especialização “mascarada”. No entanto, não cabe mais discutir. A luta pela definição das diretrizes já foi encerrada e partimos agora para as mudanças dentro de cada universidade. Independentemente de concordarmos ou não, temos que cumprí-las.”

Aglae de Queiroz Carvalho – Faculdade Celso Lisboa

“Eu, assim como a maioria dos coordenadores das universidades do Rio, não estou entendendo com clareza alguns pontos das diretrizes, como a idéia do perfil único e a questão de formação de professores, se vai ser obrigatória ou não. Estamos nos reunindo com o CRP. Além disso, nos dias 2 e 3 de agosto, haverá um seminário em Brasília sobre o assunto. A Celso Lisboa achou melhor deixar a reforma curricular para depois desse evento, porque os pontos duvidosos vão estar mais claros para nós.”

Violência doméstica agora é crime

A violência doméstica é uma questão universal que atinge milhares de pessoas, na maioria das vezes de forma silenciosa. Na tentativa de tratar o tema em sua dimensão social e jurídica, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, no dia 1º de julho, a lei 10.886/04, que tipifica este tipo de violência no Código Penal Brasileiro.

O projeto, de autoria da deputada federal Iara Bernardi (PT-SP), define juridicamente o crime da violência doméstica, além de estipular a pena para o agressor: detenção de seis meses a um

ano, podendo ser aumentada em 1/3, se a lesão for praticada contra filhos, pais, irmãos ou companheiro. Iara comemorou a sanção da lei e declarou que é “uma grande vitória para todos que sofrem com as agressões físicas, morais e psíquicas dentro do convívio familiar”. A deputada acrescentou esperar que agora os agressores pensem duas vezes antes de levantar a mão e busquem alternativas para um convívio doméstico harmônico.”

A Unicef estima que, diariamente, 18 mil crianças e adolescentes sejam espan-

cados no Brasil. As mulheres também são vítimas constantes deste tipo de agressão. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), foram agredidas fisicamente por seus parceiros entre 10% e 34% das mulheres do mundo. Em 2001, a Fundação Perseu Abramo realizou pesquisa, a qual constatou que cerca de 6,8 milhões de mulheres já foram espancadas ao menos uma vez, no país. Por isso, a sanção da lei foi considerada uma vitória na luta contra a violência doméstica, infelizmente, tão comum no território nacional.

Política Antidrogas em debate

A discussão sobre a Política Nacional Antidrogas é cada vez mais presente na sociedade, principalmente, por sua associação com a violência. Mesmo assim, a polêmica não vem inibindo o uso de drogas. Pesquisa do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (CEBRID) revela que 19,4% dos brasileiros já usaram drogas ilícitas.

Por isso, para tratar do tema, entre os dias 16 e 26 de junho, foi realizada a VI Semana Nacional Antidrogas. Criado, em 1999, o evento visa conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira em relação aos problemas e às atividades de redução da demanda e oferta das drogas.

O período escolhido envolveu a data do aniversário da criação da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), em 19 de junho, e o Dia Internacional da Luta contra o Uso Indevido e o Tráfico de Drogas, comemorado no dia 26. A Semana é uma parceria da SENAD com órgãos da Administração Pública Federal, Conselhos Estaduais e Municipais Antidrogas e entidades da sociedade civil. Na sua abertura, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursou destacando a necessidade de centrar esforços na integração das políticas públicas setoriais com a Política Nacional Antidrogas. Durante a cerimônia, foi anunciada ainda a criação de um serviço telefônico gratuito de orientação a usuários de drogas lícitas e ilícitas, que começará a funcionar a partir de agosto e atingirá a todas as capitais até o final do ano. Em Brasília, a Semana contou também com uma Mostra de Cinema sobre Drogas, a inauguração de uma biblioteca especializada no tema, além de seminários.

No Rio de Janeiro, o Conselho Estadual Antidrogas organizou uma programação variada, que começou em Friburgo, com o I Encontro Regional sobre Drogas e Responsabilidade Social. No dia 21, aconteceu, no Palácio Tiradentes, assim como no Distrito Federal, a videoconferência do Seminário Internacional “Políticas Públicas sobre Drogas”, que contou com a participação do Canadá, Reino Unido, Portugal, Países Baixos, Suécia e Suíça. Além disso, foram realizadas diversas atividades de sensibilização da população, no metrô da Carioca, nos aeroportos Santos Dumont e Tom Jobim, nas barcas Rio-Niterói e na rodoviária Novo Rio. Em 24 de junho, ocorreu, no Maracanã, a Corrida pela Vida,

organizada em diversas capitais, com o apoio da Secretaria de Esportes do Estado.

Apesar de não ser uma droga ilícita, o álcool não foi esquecido. Na data de encerramento da Semana, foi lançada a campanha “Beber e Dirigir”, em todo o país, com distribuição de folhetos explicativos, alertando os motoristas para os riscos de dirigirem embriagados. As atividades do evento na cidade do Rio foram concluídas no IV Simpósio de Gestão Social Co-Responsável nas Ações Preventivas ao Uso Indevido de Álcool e Drogas, em 29 de junho, na Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

No entanto, a ação mais comentada da VI Semana Nacional Antidrogas no Rio foi a queima de 85,5 toneladas de entorpecen-

substâncias psicoativas, consideradas ilegais. O Projeto de Lei 115 de 2002, aprovado na Câmara, no Senado e sancionado pelo presidente Lula, ainda não é o ideal. O texto dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas, a prevenção, a repressão e o tratamento; define crimes e regula o procedimento a serem adotados nesses casos. Ao contrário da posição que vem sendo adotada em inúmeros países desenvolvidos, que vêm deixando de criminalizar a posse de substâncias psicoativas para utilização pessoal, considerando o uso abusivo de drogas como uma questão de saúde pública e de educação, o projeto de lei aprovado mantém a criminalização, vedando apenas a prisão do usuário. Esse avanço é limitado, pois o texto não estabelece parâmetros claros de diferenciação entre o usuário e o traficante.

Assim, a falta de clareza em diversos artigos do texto permite brechas para interpretações subjetivas. O PL considera tráfico adquirir, oferecer, trazer consigo, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente. Para determinar se a droga é para consumo pessoal, o juiz deve observar a natureza e quantidade da substância apreendida, o local e as condições em que se realizou a ação, as circunstâncias pessoais e sociais e a conduta e antecedentes do agente. No entanto, não são estabelecidos critérios objetivos, a fim de permitir uma avaliação isenta. Esses fatores também devem ser analisados no momento da fixação da pena. Assim, o usuário pode acabar sendo punido, inclusive, com a prisão. Cabe lembrar que, caso o agente seja considerado traficante, sua pena será mais elevada.

Podemos ressaltar ainda o fato de o projeto estabelecer o tratamento compulsório como uma pena a ser aplicada pelo juiz, delegando ao psicólogo o papel de agente executor da penalidade a ser aplicada ao indivíduo. Tal atitude fere os princípios éticos e técnicos da profissão. Por isso, o Conselho Federal de Psicologia tem buscado amadurecer com os Regionais alternativas que ultrapassem essa perspectiva, entendendo que o diálogo com as diferentes instâncias sociais é fundamental, a fim de assegurar os preceitos éticos. Essas iniciativas também devem contribuir para a construção de políticas públicas mais inclusivas neste campo, como as de “Redução de Danos”, que vem se ampliando por todo o Brasil.

A legislação vem apresentando um caráter proibicionista, criminalizando o uso de algumas substâncias psicoativas

tes apreendidos em Mato Grosso do Sul e no Paraná, nos fornos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, no último dia de evento.

Ao final, a mensagem deixada pela VI Semana foi o cultivo de parcerias, a busca da cooperação e a geração de solidariedade. Segundo a SENAD, por meio da formação de redes sociais, seu trabalho será fortalecido e suas ações contribuirão para diminuir os riscos e os danos à saúde provocados pelo uso indevido de drogas.

Apesar desse tipo de iniciativa, que visa à conscientização da sociedade sobre o tema, ainda há muito o que se pensar a respeito da Política Nacional Antidrogas no Brasil. A legislação do país vem apresentando um caráter proibicionista, inspirado no modelo norte-americano, criminalizando não só a produção e a comercialização, mas também o uso de algumas

